

Música na escola e formação de professores: análise de uma experiência

Comunicação

Jusamara Souza
UFRGS
jusa.ez@terra.com.br

Luciana Prass
UFRGS
luciana.prass@gmail.com

Rosalía Trejo León
UFRGS
rosytrejoleon@yahoo.com.mx

Michelle Arype Girardi Lorenzetti
UFRGS
mi_sjb@yahoo.com.br

Jaqueline Soares Marques
UFRGS
jaquemarquescanto@yahoo.com.br

Resumo: Trata-se de uma análise qualitativa da experiência de um curso de formação para professores realizada no Rio Grande do Sul, visando à implantação da música nas escolas. O curso teve o financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Educação Básica (SEB)/ Diretoria de Currículos e Educação Integral (DICEI), com o apoio da Rede Nacional de Formação Continuada para Profissionais do Magistério da Educação Básica (RENAFORM). Com uma carga horária total de 240 horas, na modalidade presencial e caracterizado como curso de Aperfeiçoamento, o projeto capacitou 1018 participantes, atingindo como público-alvo vários profissionais interessados no ensino de música. Os resultados indicaram que o trabalho conjunto com instituições parceiras na execução do curso qualificou as relações com a comunidade gaúcha por essas possuírem uma significativa experiência de pesquisa e formação continuada no campo da música. A experiência sugere também a necessidade das secretarias municipais de educação compreender as legislações específicas do campo das artes, para que, efetivamente, a música seja inserida nas escolas.

Palavras chave: Música na escola, formação de professores, políticas públicas

Resumen: El presente relato trata de un análisis cualitativo de la experiencia de un curso de formación para profesores realizada en Rio Grande del Sur, con el fin de la implementación de la música en las escuelas. El curso contó con el financiamiento del Fondo Nacional de Desarrollo de la Educación (FNDE) del Ministerio de Educación (MEC), a través de la Secretaría de

Educación Básica (SEB)/ Dirección de Currículos y Educación Integral (DICEI), con el apoyo de la Red Nacional de Formación Continuada para Profesionales del Magisterio de Educación Básica (RENAFORM). Con una carga horaria total de 240 horas, en la modalidad presencial y caracterizado como curso de Perfeccionamiento, el proyecto capacitó 1018 participantes, dirigido a varios profesionales interesados en la enseñanza de la música. Los resultados indicaron que el trabajo conjunto con instituciones colaboradoras en la ejecución del curso calificó las relaciones con la comunidad gaúcha por éstas poseer una significativa experiencia de investigación y formación continua en el campo de la música. La experiencia sugiere también la necesidad de las secretarías municipales de educación comprender las legislaciones específicas del campo de las artes, para que, efectivamente, la música sea instaurada en las escuelas.

Palabras clave: Música en la escuela, formación de profesores, políticas públicas

1. Introdução: a proposta de formação e o contexto das políticas públicas

Com a publicação da Lei nº 11.769, de 2008, muitas escolas incluíram em seus projetos pedagógicos atividades musicais extracurriculares, ofertando diversas opções para o ensino de música, extensivos aos seus alunos, bem como a toda a comunidade do entorno (WOLFFENBÜTTEL, 2009; JARDIM e SILVA, 2014). No período de 2015 a 2016 foi proposto um curso de Formação Continuada para professores do Rio Grande do Sul, visando à implantação da música nas escolas. O curso foi oferecido na modalidade presencial, com uma carga horária total de 240 horas, com certificação dada pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT /UFRGS) para os professores concluintes. Intitulado *Música nas Escolas do Rio Grande do Sul: Um Programa de Formação Continuada para Professores das Redes Públicas*, o curso foi aprovado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2014, e caracterizado como curso de Aperfeiçoamento em função de sua carga horária.

O curso fez parte das políticas públicas para a promoção da educação integral no âmbito do convênio firmado entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Educação Básica (SEB)/ Diretoria de Currículos e Educação Integral (DICEI), com o Apoio da Rede Nacional de Formação Continuada para Profissionais do Magistério da Educação Básica (RENAFORM).

A execução do curso seguiu os trâmites legais junto às instituições destacando-se a colaboração dos responsáveis pelo projeto nas esferas Federal - Ministério da Educação (MEC)

e Secretaria da Educação Básica (SEB), na esfera Estadual - UFRGS, FORPROF e Instituições parceiras nomeadas a seguir: Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IF-RS; Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS; Universidade Federal do Pampa - Unipampa; Universidade Federal de Pelotas - UFPel e Universidade Feevale; Prefeituras Municipais do Rio Grande do Sul e Secretaria do Estado da Educação.

A proposta de formação pretendeu dar subsídios aos professores para que pudessem desenvolver atividades e elaborar ações para serem implantadas em diferentes escolas e séries. O curso procurou contemplar os professores não especializados em música para que se sentissem encorajados e preparados para trabalhar a educação musical de uma maneira mais sistemática. A estratégia pedagógica visou aos professores que já trabalhavam ou que desejavam trabalhar com a música na escola considerando a vitalidade cultural da comunidade local, as políticas públicas municipais que norteiam a relação da cultura com a educação, e as propostas pedagógicas norteadoras do sistema público de educação. Apoiado em concepções didáticas que buscam uma aproximação da aula de música com a realidade da educação escolar, o processo de formação continuada de professores procurou resgatar um dos objetivos principais da educação musical que é conscientizar e mostrar com clareza a multiplicidade de relações entre os alunos e as diferentes músicas.

2. Objetivos e Organização do Curso

Como objetivos específicos o curso buscou: Qualificar os conhecimentos e as experiências de professores dos diferentes níveis com o ensino de música; estimular as redes de ensino no desenvolvimento de abordagens para a inserção da música nas escolas; discutir estratégias para a divulgação de projetos musicais desenvolvidos durante a oferta do programa de formação continuada bem como acompanhar e avaliar boas práticas de música nas escolas do Rio Grande do Sul.

A proposta teórico-metodológica do curso foi discutida com uma equipe formada por 53 profissionais, sendo: 2 professoras responsáveis pela coordenação, 4 professores pesquisadores, 1 supervisora, 6 formadores, 16 tutores e 4 responsáveis pelo suporte técnico. O curso contou também com 20 bolsistas voluntários e de participantes de outros projetos.

A carga horária total do curso de 240 horas/aula foi distribuída da seguinte forma: Seminário Inaugural (10 horas/aula), Cursos e oficinas presenciais (64 horas/aula), Estudos Orientados (32 horas/aula), Produção de material didático (32 horas/aula), Preparação de projetos (32 horas/aula), Ensaios e Apresentações Musicais (50 horas/aula) Apresentações representativas dos grupos musicais escolares durante o Seminário Final (20 horas/aula). Para os Estudos Orientados foi produzido um caderno didático e implantado o Portal de assessoria aos professores. Essas etapas, no entanto, não devem ser vistas como fases isoladas e separadas do dia a dia da escola. Elas integraram um contínuo de experiências com a música durante o ano, e que, ao final, foi realizada uma mostra dessas experiências. Para o desenvolvimento do curso foram envolvidas as seguintes cidades e regiões, que se constituíram como Polos:

1. Porto Alegre e Região Metropolitana
2. Montenegro
3. Bagé/Alegrete Região da Campanha
4. Novo Hamburgo e Vale dos Sinos
5. Pelotas e Região sul
6. Gramado e Região das Hortências/Serra/Paranhana

Foram realizados encontros sistemáticos semanais com a equipe de coordenação, professores pesquisadores e supervisora para o planejamento geral do projeto, além dos encontros específicos, para encaminhamento das equipes de coordenação dos Polos com os formadores e tutores.

3. Referências teóricas e métodos utilizados

A escassa presença de professores licenciados em música nas escolas de Educação Básica faz com que a eficiência da educação musical, nesse nível, ainda seja questionada (DINIZ, 2005; HIRSCH, 2006; FERNANDES, 2012; JARDIM e SILVA, 2014). Por outro lado, faz-se necessário investir na formação de professores unidocentes, uma vez que esses profissionais são responsáveis pela educação musical escolar nas séries iniciais da Educação Básica (PENNA, 2002; SANTOS, 2005; BELLOCHIO e FURQUIM, 2010). A experiência aqui relatada se situa no âmbito dessas discussões teóricas entendendo que professores unidocentes e outros

profissionais possam ser qualificados para que ocupem os espaços legítimos que a educação musical tem nas escolas.

Considerando o interesse em beneficiar professores de toda a rede pública do Rio Grande do Sul, abrangendo os 497 municípios que compõem o estado gaúcho, tomou-se como ponto de partida as regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul - COREDES¹ (ver COREDE-RS, 2010). Inicialmente foi feito um encontro para apresentar à comunidade gaúcha o projeto de formação continuada, esclarecendo os objetivos do mesmo. Os procedimentos para organizar o calendário das atividades foram feitos através dos contatos com as instituições parceiras e Secretarias Municipais de Educação do Rio Grande do Sul. A partir desses contatos, foi organizado um cronograma para as atividades de 2015. Concomitantemente às atividades de formação foi feito um mapeamento com o objetivo de investigar a inserção da música em escolas públicas municipais considerando-se essas 28 regiões do COREDES/RS. O desenho metodológico utilizado nesta investigação consistiu no *survey* interseccional de grande porte, sendo a técnica para a coleta de dados a aplicação de questionários autoadministrados (WOLFFENBÜTTEL, ERTEL e SOUZA, 2016). Para a realização deste trabalho foram organizadas seis equipes. Cada equipe ficou responsável por um Polo/cidade contou com 4 participantes, sendo: 2 formadores e 2 tutores. Além destas pessoas envolvidas, o projeto contou com dois pesquisadores, responsáveis pela coleta e organização dos dados oriundos da pesquisa junto às Secretarias de Educação dos 28 COREDES do Rio Grande do Sul.

4. Resultados

Dos 1233 inscritos no curso, foram capacitados 1018 participantes, com representantes de cada uma das 28 COREDES, atingindo como público-alvo, profissionais interessados no ensino de música: professores e diretores de escolas públicas municipais e estaduais, alunos de graduação e pós-graduação de música e pedagogia, oficinairos,

¹ Fazem parte dos COREDES as seguintes regiões: Alto Jacuí, Campanha, Central, Centro Sul, Fronteira Noroeste, Fronteira Oeste, Hortênsias, Litoral, Médio Alto Uruguai, Missões, Nordeste, Noroeste Colonial, Norte, Paranhana Encosta da Serra, Produção, Serra, Sul, Vale do Caí, Vale do Rio dos Sinos, Vale do Rio Pardo, Vale do Taquari, Metropolitano Delta do Jacuí, Alto da Serra do Botucaraí, Jacuí Centro, Campos de Cima da Serra, Rio da Várzea, Vale do Jaguarí, Celeiro (COREDE-RS, 2010).

voluntários de projetos sociais, membros de equipes pedagógicas das escolas e de secretarias estaduais e municipais. Desse total, 85 professores participaram da Formação instrumental realizada em parceria com a Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (SEC). Em relação aos municípios atingidos, o projeto contemplou 122 municípios, abrangendo cerca de 25% dos 497 municípios gaúchos. Isso comprova a capilaridade e o alcance da proposta. Além disso, o apoio recebido pelas universidades parceiras, prefeituras municipais e SEC pode facilitar a continuidade às políticas de inserção da música nas escolas.

O curso cumpriu seus objetivos com a formação continuada em música, destacando-se: as trocas de experiências realizadas entre professores dos diferentes níveis com o ensino de música; propostas concretas para a inserção do ensino de instrumentos musicais nas escolas; divulgação de projetos musicais desenvolvidos durante a oferta do programa de formação continuada; criação de um portal para a divulgação de experiências com música nas escolas do Rio Grande do Sul.

Os resultados do curso bem como os resultados da pesquisa de avaliação e do mapeamento sobre a situação da música nas escolas foram apresentados ao final do programa, em três seminários: Seminário Estadual Música na Escola RS (03/11/2015); Projeto Música na Escola: Apresentações Artísticas (04/11/2015) e Seminário Internacional Música na Escola (6-7/05/2016).

Em relação aos conteúdos desenvolvidos o curso atendeu às demandas dos participantes, abordando: Importância do ensino de música na escola; reflexões sobre a Lei 11.769/2008, que inclui a obrigatoriedade do conteúdo música; fundamentos teóricos e epistemológicos da música na escola; construção de planejamentos para aulas de música; tipos, funções e dimensões da avaliação musical; atividades de escuta e apreciação musical; noções sobre a técnica da voz falada e cantada; práticas vocais para a educação musical nas diferentes faixas etárias; o uso de tecnologias para a voz e o canto; arranjos vocais; práticas instrumentais para a educação musical nos diferentes níveis de ensino; atividades de execução musical utilizando o corpo, instrumentos musicais e objetos sonoros; práticas instrumentais coletivas; introdução à regência; práticas de arranjo musical; apresentações musicais públicas.

5. Considerações finais

Uma das razões para que a música efetivamente ainda não faça parte dos currículos das escolas brasileiras é a falta de professores qualificados. Cursos de formação continuada como este aqui analisado pode significar um esforço nessa empreitada. O estado pôde assumir essa tarefa institucional através da Secretaria de Educação do Estado e prefeituras municipais com a parceria das universidades públicas e privadas. Nesse sentido destacamos o apoio da Secretaria de Estado da Educação na criação da Orquestra SEDUC-UFRGS com a participação dos professores das 30 Coordenadorias Regionais - CRES do estado.

O trabalho conjunto com as instituições parceiras na execução do curso qualificou as relações com a comunidade gaúcha por serem instituições públicas no estado e terem uma significativa experiência nas atividades formativas no campo das artes, notadamente na música, e terem um conhecimento importante de pesquisa e formação continuada na área desenvolvida neste curso.

Apesar da existência dos textos políticos – Lei nº 11.769/2008 e Diretrizes Nacionais para a Operacionalização do Ensino de Música na Educação Básica publicadas em 2013 – na prática, a obrigatoriedade não se materializou na realização de concursos e na efetiva inserção da música nas escolas. No dia 3 de maio de 2016 foi publicada a Lei 13.278 que inclui as artes visuais, a dança, a música e o teatro como componentes curriculares para os diversos níveis da Educação Básica (Art.1). Essa Lei alterou mais uma vez o Parágrafo 6 do Art.26 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB-9394/96, estabelecendo um prazo de cinco anos para que os sistemas de ensino “implantassem as mudanças decorrentes desta Lei”, incluindo a formação de professores para atuarem nas escolas de uma forma adequada (Art. 2).

Mesmo com a clara legislação que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de música na Educação Básica (BRASIL, 2008; BRASIL, 2013; BRASIL, 2016), a inserção da música em todas as escolas ainda não ocorreu. Todavia, apesar da inexistência de concursos públicos para professores de música e da conseqüente ausência de professores com esta habilitação, constatou-se pelos relatos dos professores cursistas que a música se encontra presente nas escolas, como já discutido por Souza et al. (2002). De acordo com as informações das secretarias de educação, mesmo sem professores de música, muitas escolas promovem ações

musicais, como a formação de bandas e conjuntos instrumentais, dentre outras atividades. As apresentações musicais, horas cívicas, execução de hinos e audições de músicas, também se apresentaram como atividades frequentes. A realização de concursos para o provimento de vagas de professores de música para as redes públicas ainda é um desejo de muitos municípios para atender às leis e resoluções vigentes. Por fim, aponta-se a necessidade do conhecimento e compreensão das legislações específicas do ensino de artes por parte das secretarias de educação, a fim de que a música seja efetivamente inserida nas escolas.

Referências

BELLOCHIO, C; FURQUIM, A. A formação musical de professores unidocentes: um estudo em cursos de pedagogia. *Revista da ABEM*, 2010, v.24, p. 54-63, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade de Música na educação básica. *Diário Oficial da União, Poder Legislativo*, Brasília, p. 1, 19 de agosto de 2008, seção 1.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Parecer nº 12/13, de 4 de dezembro de 2013, do CNE. Sobre Diretrizes Nacionais para a operacionalização do ensino de Música na Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14875-pceb012-13&category_slug=dezembro-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 29 de janeiro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 13.278, de 2 de maio de 2016. Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. *Diário Oficial da União - Seção 1 - 3/5/2016*, Página 1.

COREDE-RS. FÓRUM DOS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Pró-RS IV: propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do estado do Rio Grande do Sul (2011-2014)*. S/D: Passograf, 2010.

DINIZ, L. N. Música na educação infantil: um survey com professoras da rede municipal de ensino de Porto Alegre - RS. 2005. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Música, Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FERNANDES, I. M. B. Á. Ensino de Música na Escola: formação de educadores. *Revista da ABEM*, Londrina, V.20, n.28, 2012, p.131-138.

HIRSCH, I. A presença da música na educação básica: um *survey* com escolas da região sul do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 15, 2006, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: ABEM, 2006, p.142-148.

JARDIM, T. M. S. e SILVA, F. L. da. Música na escola e formação docente: os professores estão preparados? *Colloquium Humanarum*, V. 11, n. Especial, Jul-Dez, 2014, p. 1259-1266.

PENNA, M. A Professores de música nas escolas públicas de ensino fundamental e médio: uma ausência significativa. In: *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 7, set. 2002, p.7-19.

SANTOS, R M. S. Música, a realidade nas escolas e políticas de formação. In: *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 12, mar, 2005, p.49-56.

SOUZA, J. et al. A música na escola. In: *O que faz a música na escola? Concepções e vivências de professores do ensino fundamental*. Série Estudos. Porto Alegre, novembro de 2002.

WOLFFENBÜTTEL, C. R. *A inserção da música no projeto político pedagógico: o caso da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre/RS*. 2009. Tese (Doutorado em Música) - Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WOLFFENBÜTTEL, C. R.; ERTEL, D. I.; SOUZA, J. V. Música nas escolas: uma investigação sobre a implementação nos municípios do Rio Grande do Sul. *Revista Música Hodie*, Goiânia, V.16 - n.1, 2016, p. 165-183.